CARTAS POLÍTICAS

1

CARTA A UM REPUBLICANO

PELO

DR. ROLÃO PRETO

LISBOA

1971

É verdade que Você sempre foi republicano. Os republicanos portugueses — como eu os admiro! De resto, como sabe, foi sempre essa a minha opinião. Votados ao mais severo ostracismo político, sempre arredados como adversários perigosos, sempre considerados «suspeitos» para com a «ordem estabelecida», os republicanos portugueses têm, através da sua história, uma grande tradição de solidariedade entre si e de compreensão para com os outros.

Aqueles de nós, realistas, que vimos dos tempos das intensas lutas restauracionistas, não poderemos esquecer jamais a conduta generosa, reconciliadora, «portuguesa», com que eles enfrentaram sempre as nossas incessantes rebeldias.

Já grande parte deles, e dos maiores, repousa nesta amada terra que eles quiseram resgatar por impulso da sua fé nas ideias e segurança da sua fidelidade. Se, porém, da tremenda batalha que com eles travámos, não esquecemos a dureza dos golpes, não podemos todavia olvidar a nobreza do seu combate. Jamais os republicanos se valeram do privilégio da sua posição para impor a sua vitória aos adversários. O jogo foi sempre livre. Nunca amordaçaram primeiro para poder vencer depois.

Assim a sua memória política se reveste do nosso mais justo respeito.

Sim! É verdade que Você sempre foi republicano, e republicano dos tempos em que esse era o outro nome de «Homem Livre»: Mas que, passado tanto tempo e depois de vividas tantas experiências, Você estranhe o nosso apelo ao Rei e possa perguntar «Para quê a Monarquia?» — eis o que não compreendo, eis o que me espanta. Pois, para que é que Vocês lutaram, sofreram, fizeram com mil sacrifícios a República? Foi para «isto» que aí está? Não, de certo.

E essa palavra «República», que fazia vibrar multidões frementes de esperança, terá ainda hoje o mesmo sentido que tornou possível o 5 de Outubro? Não poderia eu, então, perguntar-lhe, e com dobrada razão, «para quê a República?»

Não será para além de tudo isto que o problema nacional se terá de pôr? Que o problema nacional subsiste?

Você, tão aberto aos tempos, Você, homem livre entre os homens livres, não estará ainda para além das definições demasiado estreitas das vias políticas? «República», «Monarquia»... o que interessa é o seu conteúdo objectivo, realista, pragmático, isto é, o campo das possibilidades que cada sistema traz consigo no tempo e no espaço.

Diante do anseio revolucionário desta época, a Monarquia não poderia ser senão um estorvo — receia Você... Como não vê o meu amigo que nós vamos buscar a Monarquia exactamente por ela ser o sistema mais revolucionário de todos os tempos? Aquele que se presta a todas a transformações sem quebra da Unidade; aquele que é Tradição e Renovação, o passado redivivo, e o futuro antevisto de todas as vanguardas.

— E, porquê?

— Mas, simplesmente, porque a Monarquia tem em si própria o princípio do seu incessante renovamento e, como observa Bainville, o princípio de «seguir o movimento do tempo e em cada geração de homens o de se regenerar ela mesma».

Observe o meu amigo a marcha da História das nações escandinavas. Elas atingiram sem qualquer per-

turbação as maiores alturas na cultura, na justiça social, na ordem política. Nelas se sucedem livremente no Poder, os Partidos Sociais aos Partidos Conservadores. Nelas não foi preciso proibir o Partido Comunista. São os países de menor analfabetismo e do mais alto nível de vida, do Mundo.

Todas as transformações económico-sociais ali foram possíveis. Todos os privilégios ali foram abolidos.

A Monarquia jamais se mostrou estorvo diante das opções da opinião pública, antes reforçou com a presença do Rei a experiência daqueles povos.

É que, como muito bem salienta, ainda, Bainville, «A Monarquia é o mais maleável dos regimes, o mais pronto a se renovar, aquele que tem menos medo das ideias, que se enterra menos na rotina». Mas não vamos mais longe. Considere o meu amigo o que foi possível na Monarquia Portuguêsa. Com que orgulho de civilizados, de homens livres, nós admiramos essa plêiade literária de valores nascidos na nossa terra! Como trememos só em supor que ela não teria sido possível, que essa riqueza teria sido perdida sem o clima de tolerância absoluta, o clima criador da Liberdade que foi o clima do regime.

Os nossos escritores, os nossos parlamentares, os nossos diplomatas, tinham a altura dos mais altos escritores, parlamentares e diplomatas da Europa de então.

Os próprios homens que, por seu sonho movidos, fizeram a República de 1910, constituíam uma inegável *élite*, um grupo de valores que a altura espiritual e moral de um sistema garante das liberdades públicas tornara possível.

Há pouco, o ministro francês da Economia e Finanças, Giscard d'Estaing, fez a um jornalista esta declaração

categórica, que define o nosso tempo: «(...) o poder de decidir, a responsabilidade de decisão, eis o problema da nossa época por toda a parte, na Empresa como no Estado. Em França, agora, a decisão final pertence ao Presidente eleito». «É esta convicção», ajuntou ao jornalista, «que será objecto de análise». Com efeito, se o Presidente eleito é quem decide, acode logo perguntar quem é esse Presidente, donde veio, quem o elegeu, que ideologia tem servido, que ideologia vai servir. Se foi eleito pelas Esquerdas, ele será, «naturalmente», suspeito para as Direitas. Eleito pelas Direitas, serão as Esquerdas que o suspeitarão.

Daqui nasce e avulta a necessidade de pôr a presidir aos destinos do país um homem que, por posição e interesse próprio, nem seja da Esquerda nem da Direita, por ser da Nação.

O Rei, esse, não é da Esquerda nem da Direita. Não precisa do apoio de qualquer facção. Não é «capitalista» nem é «socialista». Não é o eleito de qualquer partido.

O Rei é o eleito da História.

Na República nascida em 1910, o que fez, em grande parte, o predomínio de um Partido, predomínio que trouxe a paixão e a morte ao regime, senão o apoio que mùtuamente se deram os chefes de Estado e o Partido Democrático?

O predomínio de um Partido é sempre fatal, pois que é sempre a maneira de realizar a ditadura. Mesmo que esse predomínio possa ser confirmado por actos eleitorais, o Partido que se torna o único detentor possível do Poder suspende o diálogo, torna-se dogmático,

faz ditadura. Contra ele acaba sempre por se reunir uma formação política de quantos se consideram excluídos pelo privilégio do Partido dominante. Isto — como já lhe disse — seja qual for a razão em que procure apoiar-se o Partido, senhor do Poder. Há um desequilíbrio na marcha dos destinos, e então surge um apelo às forças interiores do país, para que de qualquer maneira esse desequilíbrio desapareça e a livre marcha se torne possível.

É claro que, como Você muito bem sabe, a tendência natural de qualquer facção é sempre a de supor-se a única detentora da verdade, a única digna de reger os destinos. Daí resultam as incompreensões, os equívocos estranhos, que tantas vezes fazem os dramas da História. É curioso como isto se repete em todos os tempos! Um dia, encontrei numa Clínica lisboeta o Eng.º António Maria da Silva, que, como o meu amigo se lembra, era o Presidente do Ministério quando em Braga surgiu o movimento de 28 de Maio.

Calcula o interesse com que quis ouvir o depoimento deste homem nas mãos do qual se tinha partido o fio dos destinos do Regime caído em 1926.

Faça então o favor de imaginar quanto não foi o meu espanto ao ouvir da boca deste antigo Primeiro-Ministro e poderoso chefe político do maior Partido da República, a explicação simplista que ele me deu daquela decisiva página de História. Para o engenheiro António Maria da Silva, para aquele homem apontado pelos próprios adversários como o mais hábil, e até o mais subtil dos chefes políticos do seu tempo, o movimento que mobilizara e levara o Exército desde Braga a Lisboa sem dar um tiro; o movimento que estoirara as próprias estruturas do regime, liquidara o Partido Democrático, fizera surgir Princípios que eram a negação

da ideologia triunfante em 1910 — para ele, o 28 de Maio explicava-se tão sòmente pela traição de dois ou três tenentes, e a indecisão de três ou quatro Ministros!

Debalde tentei demonstrar-lhe como o 28 de Maio era sobretudo uma resultante política, uma resultante de muitos anos de posse do Poder por um Partido. Precisamente, o seu. Esse desequilíbrio, essa ditadura de facto, do Partido Democrático, acabara por criar uma frente comum de todas as tendências políticas do País e consequente reflexo no apelo ao Exército como única saída.

— «No entanto», obtemperava António Maria da Silva, «no entanto as eleições anteriores ao 28 de Maio foram as mais livres, as que mobilizaram mais eleitores, as mais leais por parte do Governo, e aquelas em que o Governo obteve a mais forte maioria parlamentar da História do regime».

De facto assim foi. Mas foi exactamente isso que levou à solução militar mais depressa. É que as maiorias eleitorais são função, em regra, duma maior e mais eficaz organização eleitoral do Partido que as obtém. O Partido Democrático, tendo durante muitos anos o monopólio do Poder, obtivera simultâneamente o monopólio eleitoral decisivo. O Regime criara-se e marchara apenas apoiado num Partido — o «Democrático». Este desequilíbrio foi-lhe fatal.

O meu amigo já pensou como os regimes que marcham só com um Partido — com as forças e as ideias dum só Partido — se parecem na sua marcha com o homem que teimasse em mover-se só com uma perna? O regime que só tem uma perna é, como o homem coxo, um regime coxo. Ora isto é a negação de um regime, a negação da marcha normal de um regime que queira promover o desenvolvimento espiritual e material de uma

nação. O progresso dum Povo tanto quanto ele dependa do Poder, exige tanto da acção dos homens que detenham esse Poder como do esforço dos que assumem a missão de os fiscalizar.

A Oposição, como o meu amigo diz, é, assim, tão necessária como o próprio Poder. Garantir os direitos da Oposição tal é de novo o problema fundamental desta época em que o Poder, por força das suas constantes intervenções, mais fiscalizado tem de ser do que nunca. Ora, é na forma de assegurar esses direitos da Oposição que nós divergimos, caro amigo. Para si e para os seus amigos políticos, aquele a quem cumpre garantir as liberdades públicas e portanto os direitos ao diálogo entre o Poder e o Povo — esse que se desejaria fosse um árbitro, resulta, na verdade, de uma eleição, isto é, do apoio da mais poderosa facção num momento dado e por um tempo dado. Nós achamos isso absurdo. Você, que é do «Benfica», acharia naturalmente suspeito um árbitro eleito pelo «Sporting»... Você reclama naturalmente um árbitro que esteja acima de todos os *Clubs*, como nós reclamamos um Rei por ele estar acima de todas as facções e não pertencer a nenhuma. A comparação parecer-lhe-á pitoresca... Todavia, como releva da realidade! Talvez também que a minha insistência neste capítulo já lhe seja molesta. Perdoe. Não será porém um homem experiente do nosso tempo como o meu amigo é, que não reconheça a importância decisiva deste problema.

Fala-me Você no «tempo» e no que ele é tantas vezes de determinante na vontade dos humanos.

Você tem razão. Não há, com efeito, como o tempo para que ao cabo venha a Justiça da História com a sua

grande balança a pesar o valor e a mediocridade dos homens ou das instituições!

Quantos, com efeito, que, fiéis contudo às suas convicções, reconhecem hoje, na Monarquia Constitucional, a segurança inigualável das liberdades públicas e do respeito da pessoa humana? Você será o primeiro a fazê-lo, de certo. A sua relutância, que lhe parece ditada pelo seu «republicanismo», não será afinal senão uma relutância criada por certas palavras? Se se decidir a examinar o que elas valem, essas palavras sonoras de antanho, como o meu amigo se certificará do pouco que elas hoje contêm de realidade! São velhas palavras que se gastaram na luta, eco saudoso de velhas esperanças... Esperanças que morreram... Batalhas perdidas.

Vamos nós ser escravos da tirania das palavras, quando sobre nós tanto pesa a tirania das realidades?

O caso Marcelo Caetano é um caso pessoal, um fortuito caso pessoal. Nada no sistema o previra. De resto, ele foi eleito *inter pares*, resvés da margem da sua *chance*. A sua personalidade de catedrático — aliás, total — numa situação de primazia dos Professores, numa «República de Professores», deu-lhe o voto de desempate...

A sua própria posição tornava-o o homem do «possível», que é a posição conservadora, a posição-limite por excelência. O regime fechava-se, assim, dentro do seu destino. Não procurava uma saída; ajustava-se a uma «continuação». A continuação duma ditadura de facto, pois que é um mando indiscutível que se apoia num Partido privilegiado, um Partido que, além de ser o único consentido, toda a sua existência assenta nas engrenagens do Estado e delas tira toda a sua força política.

Assim, o equívoco permanece. Pouco importa que a esse Partido fosse mudado o nome e que deixasse de ser o Partido da «União Nacional» para ser agora o Partido da «Acção Nacional Popular». As características são as mesmas e idênticas as intenções. Em tais circunstâncias, sem uma Oposição que fiscalize e impulsione os actos do Governo, este tem naturalmente limitada a sua acção ao expediente, já aliás várias vezes anunciado: as «reformas». As Reformas são quase sempre, na História, o signo duma «déchéance», a queda duma ideia. A esperança com que o País acolheu Marcelo Caetano apoiava-se sobretudo no seu anseio de resgate político e social. O País não se contentava com «reformas» cujo alcance ele dificilmente poderia medir. O País queria uma «coisa» *diferente*, uma «coisa nova». Uma coisa que, no plano da liberdade de pensamento, no da dignidade política dos cidadãos, no da Economia liberta de monopólios, no do Crédito para além da especulação e da usura, no da assistência, ensino e justiça social — em tudo isto — fosse uma Revolução, uma *saída*.

Era para além do que se julgasse «possível», era ultrapassando o «possível», que o País reclamava essa *saída* no caminho do *necessário*.

O necessário, com efeito, que é, senão o desenvolvimento do possível? É esse desenvolvimento do possível, essa *saída*, que nós buscamos. Buscam-na também os republicanos portugueses? Seja! Considere porém o meu amigo como as circunstâncias presentes tornam mais fácil a saída pela Monarquia. A Monarquia não se reclama da «Esquerda» nem da «Direita», e a sua propaganda, por mais de vanguarda que ela se mostre, jamais pode ser alcunhada de comunista. Isto nos dá uma liberdade de acção iniludível.

Estou porém, agora, a vê-lo perguntar-me:

— Que Monarquia será essa que ofereça assim uma saída para tantos e tão graves problemas? Monarquias houve de diversa índole, segundo os tempos, desde a 1.ª Dinastia à Monarquia liberal.

— A Monarquia deste nosso tempo será naturalmente uma Monarquia Social. Isto é, uma Monarquia sindicalista e municipalista, ao mesmo tempo que uma Monarquia Liberal. Sim! Liberal e Social! Aqueles que afirmavam um irredutível antagonismo entre a Liberdade e o Socialismo devem agora reconhecer como esses dois pensamentos são, não só compatíveis como depende da sua aliança o seu êxito.

Com efeito, a crise do Socialismo donde provém senão da inquietação de Liberdade dos povos diante da tirania dos sistemas que, especialmente a partir de Estaline, lhe desviou o sentido? Da Checoslováquia à Roménia; da Hungria esmagada pelos tanques soviéticos à Polónia salva pelos compromissos de Gomulka; desde o depoimento de Djilas, ao depoimento recente de Garaudy («Não é mais possível calar-nos!») — que se constata senão o anseio de libertação de que os povos em regime socialista já não ocultam as labaredas?

A Liberdade e o Socialismo, interpenetrando-se, completando-se, não é hoje a fórmula do governo da Alemanha Social-Democrata de W. Brandt e da Alemanha liberal de Walther Scheel?

De certo, Você estará de acordo neste ponto. Onde parece ter dúvidas é na função que na Monarquia Social

terá o Rei. Por isso me pergunta se o Rei vai ser um Rei «fainéant», um inaugurador profissional de «pontes e calçadas» sem diploma, uma figura decorativa, enfim, sem qualquer acção de decisão que o responsabilize para além do jogo das correntes de opinião e dos *impasses* que entravem a marcha.

«O Rei e o seu Conselho», meu amigo, será porventura a fórmula tradicional a restaurar dentro dos moldes modernos em que se institucionalizem os casos de intervenção real.

A propósito, deixe-me que lhe recorde o caso de D. Pedro V. Quando, em pleno sistema constitucional, o traçado da linha férrea de Lisboa ao Porto suscitara forte luta de interesses, querendo os chefes políticos fazê-la passar respectivamente segundo o seu ponto de vista, o Rei D. Pedro V resolveu um dia intervir na contenda. O Rei estudara com os do seu Conselho o problema daquelas discordâncias e o sentido que as movia. Então, no ardor da refrega numa reunião do Conselho de Estado, D. Pedro toma do traçado e, com um simples lápis, risca, decidido, a futura linha férrea, exclamando com firmeza: é por aqui que a linha tem de passar. E foi.

O Rei, evidentemente, não tinha qualquer interesse económico ou interesse de clientela política para defender este ou aquele ponto de vista quanto à passagem da linha em questão. Inspirava-o, sim, o interesse geral do País de que ele era Rei. E orientava-o o critério da técnica, que ele consultara. A altura que a História lhe dava fazia o resto.

Ora essa altura não a tem nem a pode ter o Presidente eleito. Ele tem a altura que lhe dá uma facção, o seu Partido. Para além dele está o outro Partido, o outro

ponto de vista, que se encarna na outra facção. Só o Rei é livre de ter uma visão que se sobrepõe a todos os Partidos. Uma visão nacional. É esse o seu interesse de Rei de todos; é essa a sua função histórica.

Por fim, uma última objecção sua. A de que uma parte dos monárquicos se tenha politicamente comprometido. Coisas destas só provam o ambiente de confusão, desordem moral, demissão, em que se tem desenrolado a história da Sociedade destes tempos.

Justamente, é no resgate e na elevação moral da Sociedade que a Revolução terá de ser de mais profundas consequências. Só o impacto duma verdade orgulhosa e pura poderá fazer recuperar à Sociedade o sentido das virtudes sociais que as circunstâncias obliteraram.

ROLÃO PRETO